

## A herança de Dorothy

Categories : [Reportagens](#)

O governo anunciou na noite desta quinta-feira, 17 de fevereiro, a criação de novas unidades de conservação na Amazônia, a maioria no Pará, somando mais de 5 milhões de hectares, o equivalente ao tamanho do estado do Rio Grande do Norte. O mosaico de áreas protegidas vinha sendo discutido desde 2002, e as audiências públicas para sua criação foram concluídas em dezembro de 2004. Mas o projeto continuava na gaveta sem prazo para entrar em vigor. A explosão da violência no Pará forçou o Governo a lançar o novo pacote ambiental, que inclui o envio do Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas ao Congresso Nacional, em regime de urgência.

Outra medida anunciada foi a restrição, por seis meses, de novas atividades que possam trazer danos ao meio ambiente nos mais de 8 milhões de hectares da área de influência da rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá), que terá florestas protegidas pelos dois lados, em toda a sua extensão.

O Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, que regulamenta o uso de matas para produção sustentável em terras públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Essa regulamentação da gestão de florestas públicas tem o objetivo de incentivar a produção local e o crescimento da indústria florestal sustentável, mas deve gerar muita discussão entre ambientalistas. No ano passado, ainda na fase de anteprojeto, [o texto foi criticado por prever concessões para atividades diversas nas florestas, não estabelecer critérios claros de sustentabilidade e propor assentamentos de Reforma Agrária em áreas florestais](#).

A criação de um mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio, Pará, foi uma resposta do Governo ao crescimento da violência na região nas últimas semanas, que começou com [os protestos de madeireiros contra a obrigação de recadastrar terras imposta pelo Incra e a suspensão de planos de manejo por parte do Ibama](#), e culminou com o assassinato da freira Dorothy Stang, que defendia a criação de reservas de desenvolvimento sustentável na região de Anapu. Foram criadas a Estação Ecológica da Terra do Meio, com 3.373.111 hectares, e o Parque Nacional da Serra do Pardo, com 445.392 hectares. A Estação Ecológica da Terra do Meio é a segunda maior unidade de conservação do país, logo atrás do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá, com 3,8 milhões de hectares. Nos próximos dias, o governo promete criar duas reservas extrativistas, próximas aos rios Xingu e Iriri, somando aproximadamente 500 mil hectares.

“A proposta difere dos últimos mapas que eu tinha visto nas [audiências públicas em Altamira e São Félix do Xingu](#)”, afirmou o biólogo Carlos Alberto Scaramuzza, do WWF, que ajudou a elaborar a primeira versão das novas reservas (mapa ao lado), em 2002, como consultor do Instituto Socioambiental (ISA). Os decretos do governo chegam a ser mais rigorosos na

conservação do que era esperado, aproximando-se do plano original. As propostas mais recentes não previam a criação de uma Estação Ecológica (que tem regras mais restritivas), apenas de um grande Parque Nacional em toda a área. Por outro lado, havia a intenção de criar uma Área de Proteção Ambiental (APA) para regular as terras da região de São Félix do Xingu, mais degradadas, o que não aconteceu.

“Independente das mudanças, é importante frisar que é bem-vinda a notícia de proposta de ordenamento territorial via mosaico de Unidades de Conservação. Nosso medo era que as áreas fossem criadas aos poucos, o que poderia causar pressão nas outras áreas não protegidas”, diz Scaramuzza. “É uma pena que a decisão tenha decorrido de uma situação de pressão. Foi a morte da Dorothy que precipitou a criação do mosaico”, comenta o técnico, que conhecia a missionária americana.

Somadas às terras indígenas, as novas áreas podem assegurar um corredor ecológico de até 25 milhões de hectares, chegando ao sul do Pará. O técnico da WWF lembra que a medida responde aos problemas fundiários na região e tem grande potencial de conservar a biodiversidade, ao proteger desde as cabeceiras do rio Xingu até o Médio Xingu. “Em nenhum outro rio da Amazônia é possível preservar quase toda a calha. Com esse mega corredor ecológico, cria-se uma situação onde se consegue proteger não só as espécies, mas os processos ecológicos e evolutivos”, afirma Scaramuzza.

Além das áreas no Pará, os decretos assinados pelo presidente Lula criam a Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade, no Acre, com 325.602 hectares, e as florestas nacionais de Balata-Tufari, no Amazonas, com 802.023 hectares, e de Anauá, em Roraima, com 259.550 hectares.

Mais da metade das florestas do Brasil está em terras que pertencem à União, estados e municípios. Só na Amazônia, as chamadas terras devolutas (sem registro de propriedade definido) chegam a 75%, tornando-se alvo de grilagem, ocupação ilegal, desmatamento e queimadas. Os recentes conflitos no Pará revelaram a necessidade de promover o mais rápido possível o manejo adequado destas florestas. As medidas anunciadas pelo governo podem representar o começo de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.